

TERMO DE ANÁLISE E ATESTADO DE CREDENCIAMENTO DE PRESTADORES DE SERVIÇOS DE CUSTÓDIA

Número do Termo de Análise de Credenciamento	003/2026
Número do Processo	003/2026

I - DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS

Ente Federativo: Município de Sarzedo	CNPJ: 01.612.509/0001.58
Unidade Gestora do RPPS: IPRES - Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Sarzedo	CNPJ: 06.031.294/0001-03

II - DA INSTITUIÇÃO A SER CREDENCIADA

Custodiante	X
-------------	---

Razão Social	BANCO DO BRASIL.
CNPJ	00.000.000/0001-91
Data de Constituição	12.08.1808
Endereço	Avenida República do Chile, 330 - 7º e 8º andares - Torre Oeste – Centro – Rio de Janeiro-RJ CEP 20031-170
E-mail	bbasset@bb.com.br
Telefone	55 21 3808-7500

Responsável	Cargo	E-mail	Telefone
Gerência Executiva Gestão Corporativa	Gerência Governança e Estratégia.	bbasset@bb.com.br	55 21 3808-7500

A instituição está livre de registros de suspensão ou de inabilitação na CVM ou outro órgão competente?	Sim
A instituição detém elevado padrão ético de conduta nas operações realizadas no mercado financeiro?	Sim
A instituição possui restrições que, a critério da CVM, do Banco Central do Brasil ou de outros órgãos competentes, desaconselhem um relacionamento seguro?	Não
Os profissionais diretamente relacionados à gestão de ativos de terceiros da instituição possuem experiência mínima de 5 (cinco) anos na atividade?	Sim
A Instituição e as partes a ela relacionadas recebem qualquer remuneração, benefício ou vantagem de terceiros que potencialmente prejudiquem a independência na prestação do serviço?	Sim

Handwritten signatures and initials in blue ink.

A instituição está alinhada aos objetivos do RPPS quanto à independência na prestação dos serviços e ausência de potenciais conflitos de interesse nos termos do art. 24 da Resolução CMN nº 5.272/2025?	Sim
A instituição e seus principais controladores possuem adequado histórico de atuação no mercado financeiro?	Sim

III – DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS EM QUE A INSTITUIÇÃO ESTÁ SENDO CREDENCIADA

A instituição está sendo credenciada para exercer a função de Custodiante de Títulos do Tesouro Nacional.

IV – ANÁLISE DA INSTITUIÇÃO A SER CREDENCIADA

ATOS DE REGISTRO OU AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO EXPEDIDO POR ÓRGÃO COMPETENTE.

O Banco do Brasil e suas entidades relacionadas estão sujeitos a uma vasta gama de atos de registro e autorizações para funcionamento, expedidos por diversos órgãos competentes no Brasil. Estas autorizações são fundamentais para o exercício de suas atividades financeiras e operacionais.

As principais autorizações e atos de registro incluem:

Distribuidora – 20.05.1986

Administradora de Carteiras – Ato Declaratório 1481, de 13.08.1990

Administrador de Fundo de Investimento Imobiliário – 13.01.2012

Administradora de FAPI – 21.07.2007

Administradora de FIDC – 21.05.2010

Banco Central do Brasil – Resolução CMN 1.120, de 1986 – 27.05.1986

OBSERVÂNCIA DE ELEVADO PADRÃO ÉTICO DE CONDUTA NAS OPERAÇÕES REALIZADAS NO MERCADO FINANCEIRO E AUSÊNCIA DE RESTRIÇÕES VERIFICADAS POR ÓRGÃOS COMPETENTES.

SOBRE ELEVADO PADRÃO ÉTICO:

Com base no Formulário de Referência 2025 da Instituição, a segregação de atividades no Banco do Brasil está estruturada com base em seu modelo de governança corporativa e no Modelo Referencial de Linhas de Defesa (MRLD), cujo objetivo é mitigar conflitos de interesses e assegurar a independência das funções de controle em relação às áreas de negócio.

Nesse contexto, a instituição adota o Modelo de Três Linhas de Defesa, que organiza as responsabilidades de forma a separar as atividades operacionais das funções de supervisão e auditoria. A Primeira Linha de Defesa é composta pelas unidades de negócio e pelos gestores responsáveis pelos processos, que atuam diretamente na identificação, avaliação e gerenciamento dos riscos inerentes às suas atividades. A Segunda Linha de

Assinatura

Defesa é formada pelas áreas de Gestão de Riscos (Diris) e de Controles Internos e Compliance (Dicoi), responsáveis por estabelecer normas, supervisionar as atividades da primeira linha e avaliar a eficácia dos controles, atuando de maneira independente das áreas geradoras de receita. Já a Terceira Linha de Defesa é representada pela Auditoria Interna (Audit), que possui autonomia para avaliar a efetividade de todo o sistema de gestão de riscos e controles, reportando-se diretamente ao Conselho de Administração.

Além disso, o modelo de governança prevê a segregação entre funções administrativas e de controle, garantindo a distinção entre as áreas responsáveis pela tomada de decisão e aquelas encarregadas da avaliação e monitoramento dos riscos. Nesse sentido, o Vice-Presidente de Controles Internos e Gestão de Riscos (CRO) atua como responsável estatutário pela supervisão independente da estrutura de riscos do conglomerado. O Conselho de Administração, por sua vez, exerce funções estratégicas e fiscalizadoras de forma colegiada e independente, sendo vedado o desempenho de atribuições operacionais ou executivas. Complementarmente, comitês de assessoramento, como o Comitê de Auditoria (Coaud) e o Comitê de Riscos e Capital (Coris), contam majoritariamente com membros independentes ou não executivos, o que reforça a imparcialidade nos processos de supervisão.

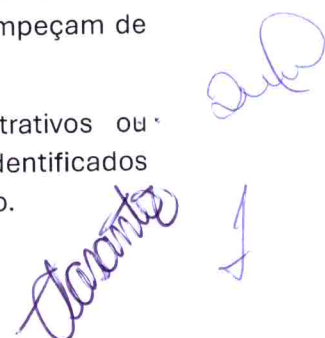
A segregação também se manifesta em áreas específicas de atuação. Na BB Asset Management, subsidiária responsável pela gestão de recursos, há diretores distintos e exclusivos para as atividades de administração fiduciária e de gestão de recursos de terceiros, além de equipes de risco e conformidade totalmente segregadas das equipes de gestão de investimentos. No processo de concessão de crédito, observa-se a separação entre a originação comercial e a análise técnica de risco, sendo esta última baseada em metodologias internas e submetida à deliberação de comitês responsáveis pela aprovação final. Adicionalmente, no âmbito da prevenção a ilícitos, a Unidade de Segurança Institucional (USI) atua como gestora corporativa das políticas de prevenção à lavagem de dinheiro e à corrupção, monitorando de forma centralizada os canais de distribuição e as atividades de funcionários e parceiros.

Por fim, a gestão de conflitos de interesses é disciplinada pelo Estatuto Social, que estabelece vedações expressas para assegurar a separação entre interesses pessoais e institucionais. Entre essas disposições, destaca-se a proibição de administradores participarem de decisões relacionadas a operações nas quais possuam interesse ou participação que possa configurar conflito, devendo, nesses casos, declarar a situação e abster-se de participar das deliberações.

SOBRE AUSÊNCIA DE RESTRIÇÕES:

A regularidade da instituição perante os órgãos competentes é evidenciada por declarações formais e mecanismos de auditoria e controle. O Banco do Brasil declara que, nos últimos cinco anos, nem a instituição nem seus administradores ou dirigentes sofreram punições, respondem a processos ou celebraram termos de compromisso junto à CVM, BACEN, ANBIMA ou outras autoridades reguladoras. Da mesma forma, informa não possuir impedimentos, suspensões ou declarações de inidoneidade que a impeçam de participar de licitações ou contratar com o Poder Público.

Adicionalmente, após verificação de existência de processos administrativos ou sancionadores junto à Comissão de Valores Mobiliários – CVM, não foram identificados processos em andamento que comprometam a integridade ética da instituição.



ANÁLISE DO HISTÓRICO DE ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO E DE SEUS CONTROLADORES.

O Banco do Brasil possui uma trajetória de mais de 216 anos, sendo reconhecido como o primeiro banco a operar no país e também a primeira empresa a realizar uma oferta pública de ações no mercado de capitais brasileiro. Ao longo de sua história, consolidou-se como uma sociedade de economia mista, de capital aberto e natureza jurídica de direito privado, tendo a União Federal como acionista controlador.

Desde a promulgação da Lei nº 4.595/1964, o Banco do Brasil atua como agente financeiro do Tesouro Nacional e como importante instrumento de execução da política de crédito do Governo Federal. Em termos de governança corporativa, a instituição também se destaca pelo pioneirismo, tendo se tornado, em 2006, o único banco listado no Novo Mercado da B3, segmento que exige elevados padrões de transparência e governança. Além disso, o Banco vem ampliando sua atuação em práticas ASG (Ambientais, Sociais e de Governança), incorporando a sustentabilidade à gestão de seus negócios e processos.

Nos últimos anos, a instituição também realizou movimentos estratégicos com o objetivo de otimizar seu portfólio de negócios. Entre eles, destacam-se a alienação da participação no Banco Digio em 2021, a constituição da Broto S.A., voltada ao agronegócio digital, em 2023, e a aquisição da totalidade das ações da Cielo S.A. em 2024, resultando na conversão de seu registro e na saída da companhia do Novo Mercado.

No que se refere à estrutura acionária, a União Federal, por meio do Ministério da Fazenda, detém 50,000011% das ações, exercendo influência relevante sobre a orientação estratégica da instituição. Cabe ao Presidente da República indicar o Presidente do Banco, enquanto a União também indica a maioria dos membros do Conselho de Administração. Além disso, o Banco do Brasil atua como executor de diversas políticas públicas previstas no Plano Plurianual (PPA), incluindo programas como o Pronaf, voltado à agricultura familiar, o Microcrédito Produtivo Orientado e o Pronampe, destinado ao apoio a micro e pequenas empresas. Como controlador, a União pode adotar diretrizes que priorizem objetivos governamentais, o que é apontado como um possível fator de risco para investidores, caso tais decisões se afastem de interesses estritamente comerciais.

Atualmente, o Banco do Brasil opera como um conglomerado financeiro, com presença em todo o território nacional e em relevantes centros financeiros internacionais. Sua atuação está organizada em cinco principais segmentos: bancário, que representa a maior fonte de receitas; banco de investimentos, por meio da UBS BB; gestão de recursos, pela BB Asset; seguridade, pela BB Seguridade; e meios de pagamento.

VERIFICAÇÃO DE EXPERIÊNCIA MÍNIMA DE 5 (CINCO) ANOS DE ATUAÇÃO.

A instituição possui quase 40 anos de atuação ininterrupta no mercado financeiro brasileiro desde sua constituição em 1986.

ANÁLISE DE VOLUME DE RECURSOS SOB SUA GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO, DA QUALIFICAÇÃO DO CORPO TÉCNICO E DA SEGREGAÇÃO DE ATIVIDADES.

SOBRE VOLUME DE RECURSOS:

Em janeiro de 2026 a instituição possuía R\$ 1.959.309.797.598,36 sob custódia.

FONTE: Ranking de Custódia de ativos ANBIMA – Janeiro/2026

SOBRE QUALIFICAÇÃO DO CORPO TÉCNICO:

A qualificação do corpo técnico do Banco do Brasil é marcada pela elevada experiência profissional, processos seletivos rigorosos e formação acadêmica diversificada. Em 31 de

Fonte

sub
1

dezembro de 2024, o Banco contava com aproximadamente 86,6 mil funcionários, sendo que 82,5% possuem mais de 10 anos de atuação na instituição, o que evidencia a experiência e a estabilidade do quadro funcional.

A alta gestão apresenta sólida formação acadêmica em diversas áreas, como Administração, Economia, Direito, Engenharia, Tecnologia da Informação, Contabilidade e outras áreas do conhecimento, sendo comum a presença de MBAs, especializações e mestrados voltados a temas como finanças, gestão estratégica, governança, auditoria e gestão de riscos. Os membros da administração são selecionados com base em conhecimento técnico, experiência profissional e capacidade de atuação em temas relacionados à governança corporativa, compliance e integridade.

O ingresso no Banco ocorre exclusivamente por concurso público, assegurando um processo seletivo meritocrático desde os cargos iniciais. A progressão na carreira ocorre com base em mérito e antiguidade, por meio do exercício de funções gratificadas ou de confiança. A instituição também mantém carreiras específicas para áreas técnico-científicas que exigem profissionais especializados.

Além disso, o Banco dispõe de equipes dedicadas às atividades de controle e gestão de riscos, com contingentes relevantes de profissionais atuando em riscos corporativos, controles internos e compliance, e auditoria interna, reforçando a estrutura de governança e supervisão.

A qualificação contínua é promovida por meio de programas de capacitação da Universidade Corporativa do Banco do Brasil (UniBB), que oferece treinamentos voltados ao desenvolvimento de lideranças e à disseminação de temas como governança, gestão de riscos, ética, prevenção à corrupção, lavagem de dinheiro e segurança cibernética. Esses programas apresentam elevados índices de participação entre os colaboradores.

SOBRE SEGREGAÇÃO DE ATIVIDADES:

Com base no Formulário de Referência 2025 da instituição, a segregação de atividades no Banco do Brasil é estruturada com base em seu modelo de governança corporativa e no Modelo Referencial de Linhas de Defesa (MRLD), com o objetivo de mitigar conflitos de interesses e assegurar a independência das funções de controle em relação às áreas de negócio.

A instituição adota o Modelo de Três Linhas de Defesa, no qual a Primeira Linha é composta pelas unidades de negócio, responsáveis por identificar e gerenciar os riscos de suas atividades. A Segunda Linha é formada pelas áreas de Gestão de Riscos (Diris) e de Controles Internos e Compliance (Dicoi), que estabelecem normas, supervisionam as atividades e avaliam a eficácia dos controles. A Terceira Linha, representada pela Auditoria Interna (Audit), atua de forma independente na avaliação do sistema de gestão de riscos e controles, reportando-se diretamente ao Conselho de Administração.

O modelo também prevê a separação entre as funções de decisão e de controle. O Vice-Presidente de Controles Internos e Gestão de Riscos (CRO) é responsável pela supervisão independente da estrutura de riscos, enquanto o Conselho de Administração exerce funções estratégicas e fiscalizadoras, apoiado por comitês como o de Auditoria (Coaud) e o de Riscos e Capital (Coris), que contribuem para a supervisão imparcial das atividades.

Adicionalmente, há segregação em áreas específicas, como na BB Asset Management, que mantém diretores distintos para administração fiduciária e gestão de recursos, além de

Handwritten signature

Handwritten signature

Handwritten mark

equipes de risco e conformidade independentes da gestão de investimentos. No processo de crédito, a originação comercial é separada da análise técnica de risco. A instituição também conta com a Unidade de Segurança Institucional (USI), responsável por coordenar as ações de prevenção à lavagem de dinheiro e à corrupção.

Por fim, o Estatuto Social estabelece regras para a gestão de conflitos de interesses, determinando que administradores devem declarar eventuais conflitos e se abster de participar de deliberações relacionadas.

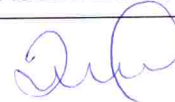
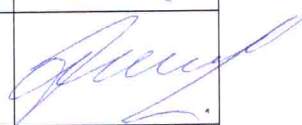
V – PARECER SOBRE A INSTITUIÇÃO

O Banco do Brasil demonstra solidez institucional, amparada por mais de 216 anos de existência, sendo a primeira instituição bancária a operar no país e a pioneira na oferta pública de ações no mercado de capitais nacional e liderança de mercado. A estrutura de governança é robusta, com processos de investimento disciplinados, comitês colegiados e rigorosa gestão de riscos (mercado, crédito, liquidez e operacional). O corpo técnico é altamente qualificado e certificado, e a segregação de atividades que garante a mitigação de conflitos de interesse.

Diante do exposto, conclui-se que o Banco do Brasil apresenta plena aptidão técnica, operacional e ética, não sendo identificados fatores que desaconselhem o relacionamento seguro com a instituição para fins de credenciamento junto a este RPPS.

Por fim, ressalta-se que as informações apresentadas neste parecer foram fundamentadas em documentos oficiais disponibilizados pela própria instituição, incluindo o Questionário Due Diligence (QDD) da ANBIMA, o Formulário de Referência 2025 e relatórios de rating de gestão, os quais subsidiaram a análise realizada.

VI – RESPONSÁVEIS PELO CREDENCIAMENTO

NOME	CARGO	CPF	DATA	ASSINATURA
Cléia Lemos B. Teófilo da Silva	Membro do Comitê de Investimentos	042.921.996-20	23/06/2026	
Fábio Henrique Gomes	Membro do Comitê de Investimentos	011.845.326-21	23/06/2026	
Valdirene Araújo Lacerda Santos	Membro do Comitê de Investimentos	005.443.956-62	23/06/2026	